



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 21 – Ano XI – 05/2022
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

FORMAÇÃO DE PROFESSORES – A EJA E SUAS ESPECIFICIDADES

Ana Paula André
Mestre em Letras pela Universidade do Oeste do Paraná
UNIOESTE - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8370422624449065>
E-mail: aninhandre21@gmail.com

Aparecida de Lourdes Pedroso de Andrade
Doutora em Educação pela Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro
UTAD - Portugal
<http://lattes.cnpq.br/6951370218355443>
E-mail: aparecidapedroso20@gmail.com

Resumo: O presente artigo parte de uma pesquisa bibliográfica e tem como objetivo o diálogo com diversos autores acerca da formação de professores da Educação de Jovens e Adultos, resulta também de observações realizadas na prática docente através da atuação das autoras como profissionais da EJA. A produção teórica acerca de tais questões tem evoluído de forma relevante ao longo dos anos, principalmente através das contribuições de Paulo Freire. A EJA se caracteriza como um vasto campo para produções, devido às especificidades desta modalidade de ensino e as contradições inerentes ao cenário político educacional brasileiro, o qual não tem apresentado políticas públicas para a ampliação desta e para a formação dos professores que atuam ou atuarão com a modalidade. Atualmente, a EJA requer um olhar diferencial por parte do profissional que atua como docente e

uma formação específica, para que haja aprendizagem a partir das várias leituras de mundo e da relação professor-aluno.

Palavras-chave: Educação de Adultos. Formação. Brasil. Paulo Freire.

Palavras Iniciais

O presente trabalho é resultado de reflexões provenientes de investigação bibliográfica, elaborada a partir de observações e de imersões na literatura disponível quanto a formação de professores para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, observações estas provenientes também da prática pedagógica das autoras que trabalham com esta modalidade de ensino. Apresenta o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca destas questões e dialogar com os diversos autores que contribuem para a compreensão do cenário que delimita a formação profissional de educadores que atuam na EJA.

O debate sobre a profissionalização de professores de jovens e adultos, nas últimas décadas do século XX, assim como na primeira década do século XXI, tem ganhado destaque no Brasil, principalmente com as contribuições de diversos autores que se dedicam a este campo de análise, como Leôncio Soares, Salomão Muffarej Hage, Moacir Gadotti e outros que seguindo Freire desvelam os processos políticos, didáticos e pedagógicos, saberes que vão construindo os territórios de Jovens e Adultos, na dimensão histórica, cultural e social.

No ano de 2021, comemoraram-se os 100 anos do nascimento do Patrono da Educação Brasileira, trazendo consigo algumas reflexões quanto às contribuições do filósofo e educador Paulo Freire acerca da sua obra e da Educação de Jovens e Adultos, Modalidade de Ensino específica do Sistema Educacional Brasileiro, enquanto uma etapa que abrange jovens e adultos que não estão na idade série correspondente por diversos motivos, sejam estes por terem sido excluídos do processo educacional pelas condições de subsistência ou mesmo por terem sido excluídos da escola por seus métodos de ensino e aprendizagem, lacunas estas provenientes do sistema regular ou ainda por motivos diferentes destes. Um público já inserido no mercado de trabalho e de inserção no ensino noturno.

Foi a partir do desenvolvimento industrial do início do século XX, que a educação de Jovens e Adultos iniciou a sua evolução, no entanto de forma discreta, tendo seus objetivos pautados no desenvolvimento da sociedade daquele período, mais do que propriamente no desenvolvimento do jovem e do adulto analfabeto enquanto sujeito de direitos. Constatado o analfabetismo e a necessidade de suporte ao momento de desenvolvimento da sociedade industrial, o ano de 1940 pode ser compreendido como um marco para a área, já que o início dos trabalhos da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, vieram agregar-se as discussões referentes ao analfabetismo e a educação de jovens e adultos nos países em processo de desenvolvimento. Em 1947, a partir das orientações da UNESCO, em erradicar o analfabetismo, é idealizada a 1ª Campanha Nacional de Educação de Adultos. Nas décadas de 50 e 60 temos um novo olhar para os problemas decorrentes do analfabetismo, surge a pedagogia da alfabetização de adultos e o método Paulo Freire, ganha espaço fazendo com que a forma mecânica de repetição de palavras seja confrontada. (DIAS e SABIÃO, 2018).

Contudo, mesmo com a redemocratização do país no pós-1985 e as reformas educacionais dos anos 1990, as quais promoveram a EJA para uma modalidade de ensino, resultando em avanços para a área, não obtivemos um impacto fecundo o suficiente para redimensionar a compreensão e formação do profissional que nela atua. Mesmo com os avanços e a contribuição de Paulo Freire, o discurso político sempre ficou na esfera ideológica, sem concretizar políticas públicas com o objetivo de transformar a vida dessas populações, assim cotidianamente os alunos da Educação de Jovens e Adultos foram e ainda são excluídos na sociedade e, quando são lembrados, o são por serem funcionais ao sistema capitalista de produção, o qual utiliza o analfabetismo ou semianalfabetismo como provedor de mão-de-obra para manter a estrutura capitalista, ou seja, uma formação aligeirada que pouco se preocupa com o refletir e compreender a realidade que se está inserido.

No ano de 1996, com a concretização do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, contempla-se a formação do profissional da educação, o que podemos verificar na citação abaixo:

[...] a LDBEN Nº 9.394/96 traz no Art. 61, a questão da formação dos profissionais da educação. Fica estabelecido neste artigo que esta formação deve atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino, considerando também as características de cada fase do desenvolvimento do educando, que terá como fundamentos: I - A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (BRASIL, 1996).

Apesar de destacar a importância da formação, considerando a associação dos pressupostos teóricos e práticos, “a própria lei da educação brasileira aborda as modalidades da educação, porém, não cita a EJA [...]”, deixando-a mais vez secundarizada ao processo (JUNIOR e MIRANDA, 2019, p. 05).

Ainda que em crescente debate as questões que abrangem a Educação de Jovens e Adultos, e principalmente quanto a formação de seus educadores, ficam à margem de uma implementação didático-pedagógica, tendo em vista que tais questões necessariamente perpassam por políticas públicas, por investimentos e por comprometimento político para aqueles em vulnerabilidade social, o que historicamente em nosso país tem sido utilizado como um mero discurso eleitoral, ideologicamente constituído e concretizado por meio de objetivos pré-definidos.

Isso nos leva a clareza de que no campo das leis e do discurso formal, a educação como um todo e de forma específica a Educação de Jovens e Adultos, se perdem neste emaranhado de fios, sobrevivendo dentro da práxis pedagógica em condição de fragilidade. Resultado do esvaziamento teórico metodológico de muitos profissionais e do descaso de governos diante de políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos e para a formação docente. Para Andrade (2020),

A preocupação com a qualificação docente deve estar embasada na praticidade, no ensinar aquilo que é aplicável e útil, combinado com os sujeitos multiculturais que formam o contingente histórico da EJA, desviando os olhares de ambos, educador e educando, de uma educação compensatória tal qual ela tem sido pensada e posta em prática. Ainda vemos hoje os atores envolvidos na educação de adultos em sala de aula a serem secundarizados cada um em sua formação: educadores em sua trajetória profissional e educandos em seu direito à educação de qualidade baseada em seus saberes. O termo secundarização é fortemente desenhado nas propostas de cursos para formação de educadores para a EJA e na convicção do Estado de que não são necessários concursos que valorizem o educador deste segmento. O não garantir que formação específica, discussões e debates referentes à EJA ocupem espaços seja na

graduação, pós-graduação ou extensão concorre para que sejam extintos cursos rápidos de formação e que não se habilitem, qualifiquem os educadores. [...] É necessário reescrever os currículos de pedagogia, especialmente na especificidade de EJA, visto que estão intimamente ligados a todas as riquezas da histórica educação popular fomentada por Paulo Freire. (p. 60).

A superficialidade da formação dos educadores da EJA, permite que as fragilidades sejam também representadas no processo de ensino-aprendizagem. O fato de não se garantir uma formação específica na qual se discuta realmente as concepções da modalidade e os pressupostos metodológicos a serem nela priorizados demonstra a concepção de que para a EJA qualquer tipo de formação basta, até mesmo a falta de formação.

Valorizando assim os demais níveis de ensino quanto a formação de seus professores, enquanto que para a educação de jovens e adultos essa questão permanece distante de reais direcionamentos, secundarizando a modalidade.

A Formação dos Professores da EJA e a Conquista de Direitos Fundamentais

Em meio a esta realidade que envolve a Educação de Jovens e Adultos, o ensino superior, deveria fornecer para o docente em formação maiores condições de atuação na EJA, contudo, na prática, isto apresenta outra conotação, uma vez que “a atuação das Universidades brasileiras na formação inicial destes docentes tem sido muito tímida” (FREITAS, 2007, p. 44).

Devido as especificidades da área de atuação e dos desafios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem deste segmento de ensino, a prática educativa tem sido colocada em uma situação cada vez mais desordenada e deliberadamente distante de investimentos seja pela falta de ampliação de escolas, aberturas de outras, manutenção de prédios públicos ou para qualquer outra forma de apoio financeiro e estrutural para os alunos ou para os professores. Para este último, a ausência de questões como formações específicas de forma inicial e continuada, assim como políticas de valorização salarial ou de carreira, as quais expressam

formas de suporte ao magistério, colabora para a invisibilidade da EJA no que tange aos direitos de seus atores.

Segundo a Declaração dos Direitos Humanos da Unesco,

Toda pessoa tem direito à educação e seus fins e objetivos estão claramente definidos nos instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelos Estados: o desenvolvimento pleno da personalidade humana e do sentido de sua dignidade, o fortalecimento do respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a participação efetiva de todas as pessoas em uma sociedade livre, a promoção do entendimento, a amizade entre todas as nações, todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e a manutenção da paz, o que permite a todos participar efetivamente em uma sociedade democrática e plural (UNESCO, 2014, p. 21).

Para que os sujeitos tenham uma vida democrática e plural é necessário a garantia e efetivação de seus direitos pelos Estados, promovendo a igualdade de acesso as mais diferentes esferas sociais. É direito de todo cidadão o seu desenvolvimento nas esferas globais de sua existência, dentre elas o seu desenvolvimento no campo educacional. Tudo isso está presente no processo de valorização financeira e também no processo de autoformação do próprio professor.

Não podemos dizer que encontramos na EJA apenas educandos resignados com as condições e o que lhes é oferecido, há também no coletivo incluindo os educadores, uma realidade entendida como imutável para seus ideais de vida. Segundo Giovanetti (2011, p. 252), devido à desigualdade social “as pessoas, de maneira geral, passam a conviver com a realidade como se algo estivesse determinado, perdendo a perspectiva de mudança.” Assim, as reflexões de Arroyo (2011), convergem uma vez que afirma que a mudança passa a ser de extrema luta em um processo extremo de resistências dentro do campo da EJA.

Nessa perspectiva de incorporação dos direitos fundamentais de todas as pessoas defendido por Arroyo (2011), é preciso lembrar que esse direito não pode ser individualizado de outras necessidades sociais como nos lembra Gadotti (2009, p. 18): “O direito à educação não pode ser desvinculado dos direitos sociais. Os direitos humanos são todos interdependentes. Não podemos defender o direito à educação sem associá-lo aos outros direitos.”

Para sustentar suas afirmações Gadotti (2009, p.19) cita “um dos maiores estudiosos atuais da questão do direito à educação: Agostinho dos Reis Monteiro (1999)”, que defendeu seu posicionamento no FME de 2007.

[...] a educação é mesmo o maior dos poderes do homem sobre o homem [...].O direito à educação é um direito novo a uma educação nova, com educadores novos e em escolas novas...direito a toda a educação, isto é, a todos os níveis e formas de educação, segundo as capacidades e interesses individuais e tendo em conta as possibilidades e necessidades sociais [...] e a uma educação que proporciona todas as aprendizagens necessárias ao pleno *desenvolvimento* da *personalidade* humana, com suas dimensões afetiva, ética, estética, intelectual, profissional, cívica, por meio de métodos que respeitam a dignidade e todos os direitos dos educandos (apud FME, 2007, p.126-127).

Nesta perspectiva, ainda é necessário trabalhar para que a EJA ganhe mais visibilidade não somente para o campo do ensino, mas que todos que participaram ao se reconhecerem pessoas humanas e de direitos, consigam desconstruir processos de interação social expirados ou ilegítimos no sentido de não se reconhecerem dentro desses processos, ausentes de todas as estruturas sociais e não somente a educação.

É importante lembrar que a complementação da carga horária na EJA é altamente relevante, para aqueles profissionais que convivem com essa realidade de apatia e imutabilidade, que limita seus horizontes formativos.

Isso demonstra, que a modalidade apenas serve, como informado no início da análise, de complementação de carga horária. Tal constatação, revela-se também nos discursos informais, de que a prioridade são os educandos do Ensino Médio Regular e à EJA se limita apenas a ser mais uma modalidade no ambiente escolar. (ANDRADE, 2020, p. 90).

Diante dessas contradições e dos educadores e educandos serem despidos de direitos fundamentais, teoricamente, no entanto os discursos acenam para uma evolução crescente da educação, o que na prática permanece tão distante quanto a premissa de uma sociedade mais digna e igualitária, que se preocupa com o princípio do direito do sujeito à educação.

Talvez, possamos dizer que os pressupostos da educação que tem se enfatizado ou mesmo evoluído é de uma educação que caminha progressivamente

para a perpetuação das desigualdades sociais. Como explicita Freire, “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista pela metade” (1996, p. 99).

A maioria das formações, que os educadores da Educação de Jovens e Adultos tem recebido nas universidades brasileiras, acabam por não abordar a especificidade da realidade brasileira, específica para as necessidades do futuro educador de jovens e adultos, habilitando os docentes no que diz respeito aos requisitos elementares para o trabalho, mas com vácuos pedagógicos que se apresentam na prática educativa.

Desta forma, os profissionais deparam-se com um universo distante de sua formação, e muitas vezes desafiador em sua essência, tendo em vista que tais educadores na ausência da formação específica, adentram a salas de aula da EJA com pouca ou nenhuma noção acerca do perfil dos alunos, ou mesmo da construção história desta modalidade, seus pensadores, sua dinâmica e a didática a ser utilizada.

Os professores que trabalham na EJA, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores [...] pertencentes ao próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que, na formação de professores, em nível médio e superior, não se tem observado preocupação com o campo específico da educação de jovens e adultos. Deve-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração dos docentes. São elementos fundamentais tanto a profissionalização quanto a formação adequada dos professores de jovens e adultos. Não se obterá ensino de qualidade sem um corpo docente qualitativamente preparado para o exercício de suas funções e, muito menos, com precária situação no que diz respeito à remuneração e condições de trabalho. Constata-se que a EJA não tem recebido atenção adequada, o que se reflete nos processos de formação de educadores, na falta de uma carreira específica, de políticas salariais e jornada de trabalho (GADOTTI & ROMÃO, 2003, p. 122-123).

Parafraseando Rezende (2008), deve haver equilíbrio entre o conhecimento acadêmico e a prática do cotidiano. Faz-se necessária a mudança política em relação ao trabalho de formação de professores no interior das universidades,

ênfase pouco levada em consideração durante a formação acadêmica. Escancara-se o descaso para com a categoria de Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a formação é responsabilidade individual, o que não deixa de ser, ele deve buscar a formação, preparando-se ou especializando-se para esta demanda, através de cursos dentro dessa especificidade, mas pouco se percebe ser feito politicamente, para que haja condições de qualificação a acadêmicos de graduação ou de programas de continuidade após a graduação com o objetivo de ocupar os espaços da EJA.

Fica explícito a divergência de formação na instância universitária dos professores, com um currículo voltado apenas para o Ensino Regular em idade normal, por isso a realidade de trabalhar com adultos, depende em grande escala da formação continuada. Se a EJA prioritariamente estivesse contemplada nas políticas públicas, evidentemente a formação do professor seria visualizada com mais rigor para início de qualquer transformação. Devido a todas essas contradições sempre que nos referirmos à formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos, cumpre enfatizarmos que a carência na formação específica, é uma questão histórica.

Discutindo a questão da competência pedagógica ou de recursos, “nunca é demais repetir que nosso problema não está ligado à falta de recursos nem à falta de competência pedagógica; suas raízes estão na falta de vontade política, cuja construção depende de intervenções aguerridas da categoria” (ROMÃO, 2003, p. 66).

Evidentemente, não poderíamos deixar de nos referir à formação dos professores que atuam no Ensino Superior. Se não há a devida formação para o professor de EJA na universidade, logicamente a falta de preparo por parte dos docentes universitários para a formação dos professores ou dos futuros professores é uma preocupação peculiar. Devemos levar em consideração que

[...] alguns professores universitários nunca exerceram as funções que apresentam aos seus alunos. Falam em teoria sobre uma prática que nunca experimentaram. Esse fato pode trazer riscos para a formação dos alunos, pois a proposta metodológica que o docente apresenta é fundamentada na teoria e, muitas vezes, desvinculada da realidade; embora possa ser assentada em paradigmas inovadores na educação. Assim, suas falas se

restringem a teoria, o que torna a formação de seus alunos deficitária (BORGES, 2011, p. 159).

A Educação de Jovens e Adultos necessita urgentemente de uma formação pautada em suas especificidades. Sabemos que muito da prática docente é construída concretamente em suas experiências como docente. No entanto, é preciso uma ampla formação de forma a discutir as possibilidades e limites deste nível de ensino, preparando o docente para o território de sua atuação e para os desafios da prática educativa. Um profissional com uma formação generalista, mas, ao mesmo tempo, com capacidades específicas para atuação na Educação de Jovens e Adultos.

Planejamento e Currículo: a articulação dos saberes para a construção do corpo docente

A construção de uma modalidade para ensino da EJA fortalecida estrutural, política e pedagogicamente correta, implica pensar diretamente na formação de professores para esta modalidade de ensino:

Construir uma EJA que produza seus processos pedagógicos, considerando quem são esses sujeitos, implica pensar sobre as possibilidades de transformar a escola que os atende em uma instituição aberta, que valorize seus interesses, conhecimentos e expectativas; que favoreça a sua participação; que respeite seus direitos em práticas e não somente em enunciados de programas e conteúdos; que se proponha a motivar; mobilizar e desenvolver conhecimentos que partam da vida desses sujeitos; que demonstre interesse por eles como cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem. [...] Para tanto, é essencial que o processo de formação de professores procure conhecer as diferentes formas de atendimento da EJA; seus sujeitos, cotidianos e de, fundamentalmente, pensar as possibilidades de um dia a dia mais promissor para todos aqueles que encontram nessa modalidade educativa, muitas vezes, a última chance de escolarização (CALEZZANI, 2007a, p. 85).

A literatura mostra, que não há uma formação homogênea para docente de EJA. Cada professor se prepara conforme seu tempo, habilidade e intencionalidade. Mesmo não tendo formação específica na graduação, sabe-se da importância da aquisição de saberes para a prática profissional com este público específico, pois almeja-se sempre um profissional o mais e melhor preparado possível. Conforme

Calenzani (2007b), quanto mais letrado for o alfabetizador, mais embasamento teórico e prático ele terá para proporcionar uma boa alfabetização para os adultos, como também, é importante que haja formação voltada a metodologias específicas e conhecimentos didáticos para se envolver no universo das práticas e saberes dos adultos analfabetos ou semianalfabetos. Tendo em vista que,

A não compreensão do que significa a EJA como modalidade de Educação Básica, por exemplo, tem significado a insistência em uma proposta política e pedagógica que reproduz uma adaptação da proposta de ensino regular, prevista para crianças, para jovens e adultos. Na maioria das vezes, além da redução de conteúdos previstos no ensino regular, as propostas pedagógicas para a EJA estão distantes da realidade dos sujeitos, gerando empobrecimento do currículo e infantilização pedagógica. (JULIÃO et all, p.15, 2017).

A formação do professor é indispensável para a concretização da práxis educativa libertadora, para aqueles que são oprimidos pela estrutura social e pelo modo excludente de produção. Deste modo, o educador estará focado no objetivo de ensinar a partir da realidade dos sujeitos ampliando conceitos, compreensões e possibilitando novos olhares.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (FREIRE, 2013, p. 43).

Próximo a esta questão e interligada em sua estrutura, está a composição do currículo escolar, o qual dará a base para o trabalho do docente, compreendendo que o jovem e o adulto estão envolvidos em um outro mundo, a outras preocupações e experiências, estas muito diferentes de um aluno do nível regular. Há que se olhar para a necessidade de um currículo próprio sem adequações do sistema regular de ensino as quais muitas vezes levam a infantilização dos conteúdos, deslocados da

realidade do aluno. A Educação de Jovens e Adultos não pode depender unicamente da cientificidade, nem tampouco unicamente do senso comum, mas ambos devem se complementar.

Para atingir de fato a aprendizagem, é necessário olhar para os sujeitos da EJA, pensar e estruturar a prática pedagógica voltada para os mesmos, onde o ponto de partida para as práticas de problematização dos conteúdos será a própria realidade concreta.

[...] a aprendizagem depende de como nos colocamos para aprender, é preciso estarmos abertos para descobertas. Aprender não é absorver passivamente algo que já está pronto, fora de nós, mas interagir com o que se aprende para transformar nosso modo de pensar e agir (MARIOTTI, 2000 apud PIREZ et al, 2020, p. 13).

Na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, é preciso um profissional docente que contemple competências e saberes necessários para atuar diretamente com a alfabetização e a educação para a classe trabalhadora. Fundamentalmente, deve-se considerar que teoria e prática devem caminhar juntas na construção e identidade dos professores.

[.] formar professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos é uma tarefa complexa e urgente, sobretudo se considerar a situação adversa que vivenciam estes profissionais já que, via de regra, atuam no ensino noturno, depois de trabalharem dois turnos no diurno de forma intensiva; não detém uma formação específica em EJA e, além do mais, sofrem com o desprestígio social e pedagógico que predomina no trabalho com educandos adultos [...] requer ações pedagógicas específicas, diferenciadas das demais etapas de educação básica, estar a exigir um tratamento distinto para formar educadores, bem como caminhos outros que levem à construção identitária dos professores e à sua profissionalização (DANTAS, 2019, p. 34).

Se a universidade não oferece uma formação eficiente ou completa, onde estaria então o professor buscando sua formação? Quais seriam suas teorias? Diariamente, de modo explícito, os saberes dos professores são construídos através de suas experiências na prática diária. Assim, o campo da formação docente vai se construindo dia a dia, com partículas de conhecimentos ofertados nos bancos

escolares durante o período da licenciatura, sendo que o discurso da preparação profissional é novamente transferido para o campo experiencial.

O que aponta para compreensão de que os saberes experienciais são centrais para todos os outros saberes, pois tratam de saberes que não são construídos apenas na prática docente em si, mas também e sobretudo adquiridos na vida cotidiana, em contato direto com os fatos experienciais. No entanto, formação acadêmica e saberes experienciais não destoam entre si, tão pouco a formação continuada. Para a formação docente esta relação deve ser pautada no equilíbrio.

Para Freire, “o professor, ao assumir uma postura dialógica, teria que ter como base conhecimentos políticos, culturais, econômicos e sociais. Deve estar de acordo com a prática da liberdade, sabendo que ela é construída com consciência política comprometedora” (apud REZENDE, 2008, p.91).

Nesta perspectiva, o educador precisa estar preparado para trabalhar de modo dialógico e crítico, num método ativo, o qual provoca a busca de conteúdos programáticos, partindo do conhecimento prévio do estudante acerca da realidade e ampliando a sua compreensão.

Pondera-se ser pertinente a compreensão da realidade para a configuração das relações estabelecidas entre os seres, a prática pedagógica e a uma iminente mudança do contexto social, o qual nos convida à insurgência e à inquietude, contribuindo assim, para um novo começo que fale de justiça, de diálogo, de respeito, de coletividade, de transformação, de subjetividade, de empatia, de afeto, de curiosidade, de aprendizagem, de emancipação, de militância, de humanização, de esperar. Que fale com a alma de uma educação com todos e para todos [...] (SALES et all, 2021, p. 15).

O professor “precisa sim de conhecimentos inerentes à educação como um todo e de um conhecimento e um estudo permanente das especificidades do trabalho com jovens e adultos das classes populares” (CALEZZANI, 2007b, p. 54). Isso por que além de conhecimento específico curricular, é necessário ao professor, leitura de mundo e experiência de vida. Esta modalidade de ensino precisa ser contemplada na totalidade de seu currículo; “só assim o docente em formação terá de maneira palpável e real acesso ao entendimento das necessidades e

especificidades das pessoas da EJA e as melhores estratégias e metodologias para o trabalho junto à EJA” (JUNIOR e MIRANDA, 2019, p. 26).

O trabalho com jovens e adultos requer um compromisso para além do que temos vivenciado atualmente, requer um olhar diferenciado e uma postura emancipatória por parte dos docentes. A EJA não pode ser uma modalidade sempre abandonada, seja pelas políticas públicas, pela formação docente, pelas distribuições retardatárias de aulas nas secretarias de educação, pela falta de um currículo específico, pela ausência de professores para a área ou pela sociedade, enquanto educação secundarizada e sem importância. Precisa necessariamente de engajamento para se concretizar enquanto educação de qualidade.

Palavras Finais

Ao professor da Educação de Jovens e Adultos será sempre exigido os requisitos fundamentais: teoria e prática, duas esferas que juntas terão poder de força no trabalho docente, na construção de sua cidadania emancipatória e de uma educação de qualidade. Uma educação que possibilite ao sujeito romper com o senso comum, fazer novas leituras, não apenas a leitura convencional, mas as leituras de mundo, as ideológicas, as midiáticas e todas as leituras possíveis, dado a complexidade do ser alfabetizado. O sujeito da EJA, precisa estar alfabetizado para a vida em todas as suas relações com o outro e com o meio.

Numa perspectiva dialógica precisa compreender que a alfabetização extrapola a escrita, abarca novas possibilidades e novos desdobramentos. Para a garantia do direito a uma educação de qualidade o professor necessita de uma formação inicial fundamentada e também de formações continuadas, junto com a sua vivência de educador, para que enquanto sujeito que ensina também possa constituir-se enquanto sujeito que aprende.

O aprender para o docente da Educação de Jovens e Adultos, deve ser compreendido como um apaixonar-se por sua atuação, assim como a luta por uma educação de qualidade para todos, deve ser um apaixonar-se pelo direito de existir

de cada indivíduo, indo além do que está posto, buscando novos olhares, novas aprendizagens e novas leituras sempre, ou ainda,

[...] é preciso pensar o educador de EJA como um profissional em formação. A valorização desse educador se dá considerando a relevância de sua função perante uma sociedade que necessita pensar e propor alternativas de vida e trabalho para uma parcela expressiva da população que se encontra, de um lado, excluída e, de outro, ávida por se incluir em processos significativos de formação (SOARES, 2001, p. 221).

Ser professor da EJA é estar comprometido com aqueles que historicamente foram relegados a segundo plano. Com base nas obras de Paulo Freire e nas suas diversas pedagogias, podemos afirmar que ser professor da Educação de Jovens e Adultos, é apropriar-se da pedagogia da luta, que transita na educação como prática da indignação, permitindo a liberdade fomentada de esperança.

Perpassa pela conscientização individual do docente, mas está fundamentalmente interligada a uma visão ampla de mundo, requerendo incentivos, práticas norteadoras, investimentos, políticas reais de ampliação e atendimento de qualidade para a modalidade de ensino, de valorização ao docente e a sua formação, mas acima de tudo de valorização ao ser humano.

Referências

Andrade, A. L. P. *A Construção de Saberes de Jovens e Adultos na Amazônia Brasileira*. 1.ed. – Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2020.

Arroyo, M. G. *Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. Em L. Soares, M. A. Giovanetti, & N. L. Gomes, *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos* (pp. 19-50). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. Lei Diretrizes de Base da Educação Nacional (Lei 9394/96). Brasília: Diário Oficial, 1996.

Borges, M. C. *Didática e Metodologia do Ensino Superior* (2ª ed.), 2011.

Calenzani, C. N. *Cidadania, Inclusão e Ética na Educação de Jovens e Adultos* (1ª ed.). ESAB-Escola Superior Aberta do Brasil, (2007a).

_____. *Construção da Identidade do educador de Educação de Jovens e Adultos*. (1ª ed). ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2007b.

Dantas, T. A Formação de Professores em Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Perspectiva da Inclusão Social. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, 24(1), pp. 29-39, 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.18316/recc.v24i1.4570>

Dias, A. A. S.; Sabião, R. M. *Educação de Jovens e Adultos: Um Caminho na Busca para o Desenvolvimento Social no Brasil*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 07, Vol. 02, pp. 66-83, Julho de 2018. ISSN:2448-0959

Freire, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários para a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do Oprimido* (54ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

Freitas, M. L. *A Educação de Jovens e Adultos em Maceió-Alagoas: a experiência de uma década 1993 a 2003*. Em T. M. Moura, A Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos: *dilemas atuais* (pp. 39-60). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Gadotti, M. *Educação de Adultos como Direito Humano* (Vols. Série Cadernos de Formação-4). (I. P. Freire, Ed.) São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

Gadotti, M., & Romão, J. E. *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta* (6ª ed.). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

Giovanetti, M. *A formação de educadores de EJA*. Em L. Soares, M. Giovanetti, & N. Gomes, *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos* (pp. 243-254). Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Julião. E. F.; Beiral, H. J. V.; Ferrari, G. M. *As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação. UNISUL, v. 11 n. 19 (2017). Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index> Acesso em: 02.02.2022.

Junior, J.V. V.; Miranda, H. P. *Formação do professor para a educação de jovens e adultos: a importância do processo formativo na perspectiva emancipatória*. Revista Cocar – Programa de Pós- graduação em Educação. UEPA. v. 13 n. 27 (2019): Set./Dez./2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2850> Acesso em: 20.01.2022

Pires, L. L. de A., dos Reis Lima, W., & de Souza, P. H. *A Educação de Jovens e adultos: o educando e o contexto da pandemia*. Itinerarius Reflectionis, 16(1), 01–2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rii.v16i1.65616> Acesso em: 21.02.2022

Rezende, M. A. *Os Saberes dos Professores da Educação de Jovens e Adultos: o percurso de uma professora*. Dourados: UFGD, 2008.

Romão, J. E. Compromissos do Educador de Jovens e Adultos. Em M. Gadotti, & J. E. Romão, *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta* (6ª ed., pp. 61-78). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

Sales, M. J. F. S. e, Stascxak, F. M., & Lima, M. S. L. (2021). *O Legado de Paulo Freire: reflexões sobre sua vida e suas principais obras no horizonte da prática docente. Ensino Em Perspectivas*, 2(2), 1–17. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4684> Acesso em: 15.02.2022.

Soares, L. *Diretrizes Curriculares Nacionais: educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

UNESCO, O. d.-A. *Contribuições Conceituais da Educação de Pessoas Jovens e Adultas: rumo à construção de sentidos comuns na diversidade*. Goiás: UFG, 2004.

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2022

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424